

## Recuperação dos Espaços e Equipamentos Públicos

---

Os espaços públicos são compreendidos como lugares concretos que atuam como espaços de sociabilidade.

Na história de Assaí observa-se, através da análise da evolução do desenho urbano, que pouca atenção fora dada à criação da modalidade de espaços públicos, apesar de ser a doação destes obrigatória quando da aprovação do projeto. Ademais, acabou-se por restringir a doação desses espaços a construção de vias públicas, ruas e avenidas, nem sequer ao menos, como observado em Assaí, foram resguardadas as áreas destinadas a preservação permanente. Constata-se desta forma, a supremacia do pensamento funcionalista privilegiando a tentativa de garantir a fluidez do trânsito em detrimento a implementação dos espaços verdes e áreas de sociabilidade que, até o momento, foram negadas à cidade.

O abandono de projetos que privilegiam a qualidade dos espaços públicos e sua conseqüente redução a elementos de organização viária da cidade, pode ser constatado pela história das administrações do governo municipal, que, a exemplos de muitas outras cidades brasileiras, delegam em segundo plano, o cuidado com a urbanização e com os espaços públicos.

Sucessivas ações e omissões de autoridades municipal, em diferentes momentos, levaram os espaços públicos a precariedade atual em que se encontram. Operações que contribuíram para esta situação foram: falta de manutenção integral e continua das praças; falta de critérios comuns na raras políticas de urbanização dos espaços destinados ao uso público; subutilização de espaços públicos (como terreno público na área urbana utilizado para destinação de entulho e podas de árvores); aparecimento de atividades contrárias ao uso contínuo e

geradoras de insegurança (como a concentração de bares observada na Av. Rio de Janeiro). Esta situação provoca a saída da população, de melhor poder aquisitivo, que passa a buscar esses serviços (complexos comerciais, entretenimento) em outros centros, como Londrina e Cornélio Procópio.

Durante o processo de elaboração deste plano, a partir da democratização das discussões sobre a cidade de Assaí, iniciou-se uma mudança de olhar dos cidadãos Assaienses em relação a qualidade de vida por todos almejada. O direito de todos á cidade, a uma cidade sustentável, reacende os discursos pela busca da melhoria da qualidade de vida. da criação de áreas verdes, da recuperação dos fundos de vale, adequação e criação de espaços de lazer e esporte, a renovação urbana da Av. Rio de Janeiro e a valorização da paisagem urbana.

Assaí, de modo geral, conta com uma Avenida Central de grande vitalidade, apresenta áreas ao longo de seus dois córregos aptas a configurarem-se como parques lineares e ademais possui uma paisagem singular, que a diferencia claramente das outras cidades da região. Por já fazerem parte da cidade construída e configurarem-se como elementos garantidores de uma qualidade de vida, pelo que oferecem a cidade, tais características adquirem especial valor na formulação de projetos de transformação da cidade.

## Objetivo da Política de Recuperação dos Espaços e Equipamentos Públicos

A política de recuperação dos espaços e equipamentos públicos tem como objetivos:

- Buscar a sustentabilidade do município;
- Melhorar a qualidade de vida dos habitantes;
- Criação de áreas verdes e Recuperação dos fundos de vale;
- Garantir de espaços de lazer e esporte;
- Adequação dos espaços para receber turistas;
- Promover o turismo cultural na gastronomia, artesanato e festividades;
- Promover a geração e distribuição de renda;
- Revitalizar o eixo comercial da cidade;
- Incentivar o uso e ampliar a frequência nestas áreas;
- Garantir a prática de esportes melhorando a saúde da população;
- Valorização da Paisagem urbana;
- Oferecer espaços diferenciados para contemplação e encontro; (belvedere)
- Reduzir índice de violência social;
- Viabilizar equipamentos onde a prefeitura não dispõe de terreno;
- Garantir espaço de recreação nas escolas;

## Plano de Ação para Recuperação dos Espaços Públicos

### Fundo de Vales

As áreas de preservação nos fundos de vales de áreas urbana, incorporados na proposta de recuperação são os compostos pelos Córregos da Sede e Passo Fundo.

A importância desta ação pública está não somente o de minimizar os problemas encontrados nestes córregos como também de proporcionar a população eixos lineares de lazer e recreação. Uma vez estabilizada esta arborização a área pode ser aberta e receber equipamentos simples e baratos, como brinquedos feitos com troncos, pneus e manilhas de concreto que sobram de outras obras do município. A prefeitura poderá utilizar áreas públicas contíguas às áreas de preservação para execução de equipamentos de esportes como campos de futebol, pistas de caminhada, ciclovias e canchas de areia para prática de esportes contribuindo para drenagem superficial das águas. Desta forma a população local terá uma área de lazer a um custo extremamente reduzido. A recuperação dos fundos de vale envolve uma série de medidas a serem tomadas pelo poder público em parceria com a comunidade.

Na recuperação paisagística, o plantio de árvores de crescimento rápido principalmente espécies nativas que sirvam de alimento à fauna silvestre necessita que a área seja toda cercada durante o período de "pega", que pode variar de seis a doze meses. Uma vez estabilizada a arborização, a área pode ser aberta e iniciada a instalação de equipamentos de lazer e recreação.

O principal problema encontrado é a falta de articulação entre o poder público e a comunidade que resulta em vandalismo destas áreas. Como estratégia a ser tomada, a participação da população na definição e aplicação dos programas de recuperação é o ponto básico fundamental para alcançar o sucesso da iniciativa.

No programa de recuperação, as iniciativas educacionais devem ser exploradas aumentando o vínculo. O currículo escolar, em todos os níveis, pode ser enriquecido com a inclusão de aulas práticas de introdução à ecologia para pré-primário, até biologia e botânica para o segundo grau, usando a área do fundo de vale como laboratório. Importante que os educadores sejam treinados por pessoal técnico especializado e neste sentido a prefeitura pode buscar apoio junto à organizações não governamentais, e órgãos públicos ambientais.

Ao envolver a comunidade no processo de formação do bosque dará a noção precisa do valor ambiental para a vida urbana, e consciência da necessidade de se preservar estas áreas, bem como na manutenção da cidade.

Este mesmo programa pode ser adotado em áreas públicas que se encontram livres sem uso, como forma de dificultar a apropriação indevida destas áreas.

As medidas urbanísticas a serem tomadas são:

- ❖ Recuperação dos Recursos Hídricos, através da:
  - Limpeza da área;
  - Análise da qualidade das águas dos recursos hídricos;
  - Recomposição das matas ciliares (paisagismo);
  - Desassoreamento dos cursos d'água;
  - Eliminação das ligações clandestinas de esgoto nas galerias de águas pluviais;
  - Eliminação dos efluentes domésticos in natura;
  - Monitoramentos do efluente industriais de acordo com a resolução CONAMA 20;
  - Elaboração de um plano de monitoramento dos recursos hídricos.
- ❖ Redução da velocidade das águas provenientes do escoamento superficial
  - Estudo para implantação de áreas de infiltração na área urbana;
  - Obras de engenharia para redução da velocidade das águas provenientes do escoamento superficial;
- ❖ Recuperação paisagística
  - Criação de um viveiro municipal para oferecer mudas de plantas nativas para recompor a mata ciliar;

- Elaborar projeto de manejo da área;
- programa de plantio das mudas;

- ❖ Relocação da ocupação irregular em área de preservação permanente
  - Levantamento do número de famílias na área de preservação;
  - Estudo da área de relocação – viabilidade técnica, orçamentária e discussão com a comunidade;
  - Elaboração do Projeto para o assentamento das famílias;
  - Relocação das Famílias;
  - Urbanização e recuperação paisagística da antiga área ocupada;
- ❖ Criação de áreas de lazer
  - Elaboração de projetos de equipamentos de lazer;
  - Consulta popular;
- ❖ Execução de Vias Marginais de Fundo de Vale em áreas consolidadas:
  - Elaboração do projeto;
  - Previsão orçamentária;
  - Desapropriação da área da futura via;
  - Execução da obra;em áreas não consolidadas:
  - Doação para o poder público no parcelamento;



Fig. 4.2.1 – Fundo de Vale Córrego Passo Fundo



Fig. 4.2.2 – Simulação de revitalização do Córrego Passo Fundo



Fig. 4.2.3 – Fundo de Vale Córrego Passo Fundo



Fig. 4.2.4 – Simulação de revitalização do Córrego Passo Fundo

## Arborização Urbana

Um outro aspecto importante a ser levado em conta é a arborização de vias públicas. Para evitar acidentes com pedestres e automóveis, é preciso tomar alguns cuidados. Há certas espécies de árvores de porte médio como a espatódia, que têm uma flor muito tóxica, chegando a matar pássaros pequenos; outras espécies, como a paineira, têm uma flor bulbosa que à época da floração deixam as calçadas e ruas recobertas com um “creme” escorregadio que pode provocar acidente, além de tornarem as ruas sujas e dificultarem a varrição e limpeza; outras espécies que não devem ser usadas para arborização de vias públicas são as de lenho mole e quebradiço facilitando acidentes em regiões de muito vento ou durante tempestades como Assaí.<sup>1</sup>

Por outro lado, a localização das árvores deve ter alguns cuidados. Além de evitar plantar árvores de porte médio ou grande sob a rede elétrica, a distância entre elas deve ser estudada de forma que não gere “pontos cegos” em curvas e esquinas, o que aumentaria os riscos de acidentes de trânsito. Também nas calçadas, a locomoção de pedestres e, especialmente, de pessoas portadoras de deficiência não deve ser prejudicada pela localização das árvores. Algumas espécies indicadas:

Nome Popular	Nome Científico	Porte
Pata de Vaca	Bahúnia Variegata	Pequeno
Quaresmeira Rosa/Roxa	Tibouchina Granulosa	Pequeno
Pitangueira	Eugenia Pitanga	Pequeno
Ipê Roxo/Amarelo	Tabebuia	Médio
Pau-Ferro	Caesalpinia ferrea	Médio
Sibipiruna	Caesalpinia peltophoroides	Médio
Guaratã	Esembeckia leiocarpa	Médio
Jatobá	Himenæa courbaril	Grande
Guapuruvu	Schislobium parahibum	grande

Fonte: www.polis.org.br

Como estratégia para arborização urbana torna-se importante os programas de conscientização ambiental como também o viveiro municipal poderá criar, além de mudas de árvores nativas, mudas de plantas ornamentais para serem colocadas a disposição da população.

## Áreas de Lazer e Prática de Esportes

As Praças contempladas pela proposta são: da Igreja Matriz, ao lado da Idade Dourada, da Vila Ramalho, do Fórum, do C.H. Sol Nascente I e II, do C.H. Eldorado

- ❖ Revitalização das Praças
  - Consulta popular;
  - Elaboração do Projeto Paisagístico e de mobiliário;
  - Previsão orçamentária;

A região onde está inserido o Campo do Juventus (Rua Dr. Gustavo Augusto Hasselman no Conjunto Habitacional Planalto), é mal servida de espaços para prática esportiva, por isso a proposta de se utilizar uma estrutura particular:

- ❖ Dotar de infra-estrutura o Campo do Juventus
  - Elaboração do Projeto de urbanização;
  - Previsão orçamentária;
- ❖ Manutenção e reforma do Ginásio de Esportes 1º de Maio (Rua Paraguai)
  - Elaboração do Projeto de reforma e manutenção;
  - Previsão orçamentária;

❖ Ampliação do Ginásio de Esportes (Prolongamento da Rua Edgar Bardal)

- Elaboração do projeto do complexo esportivo
- Consulta da comunidade
- Previsão orçamentária
- Estudo da nova área para destinação do entulho

### Plano de Ação Política e Estratégias

Para isso o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial tem como ação política:

- Aplicar os instrumentos previstos no Plano Diretor;
- Fazer parcerias com a iniciativa privada por meio de projetos de recuperação, previsão orçamentária e propostas de disponibilização de espaço publicitário;
- Promover a participação da comunidade na formulação dos projetos;
- Desenvolver ações sociais para organizar a comunidade;
- Criar programas e campanhas incentivando as escolas e a sociedade civil organizada a atuarem na recuperação paisagística urbana;
- Fomentar a Educação ambiental e o civismo no currículo escolar;
- Firmar convênio com a UEL a fim de propiciar a instalação do viveiro municipal, além de capacitar pessoas para cuidar das mudas de plantas nativas;
- Firmar convênio com o COPATI – para recuperação paisagística;
- Incentivar a alteração das fachadas, por meio de isenções fiscais;
- Divulgar calendário de festividades e eventos regionais;
- Divulgar calendário de campeonatos na região.

### Estratégias:

- Envolver a comunidade na recuperação paisagística dos fundos de vale;
- Conscientizar a população dos valores ambientais, patrimônio público sua limpeza e manutenção;
- Criar o viveiro municipal;
- Parceria público-privada para execução dos equipamentos de lazer, esporte e contemplação.
- Previsão de Espaços publicitários
- Parceria Público Privada com comerciantes oferecendo incentivo a alteração das fachadas;
- Conscientizar os comerciantes do potencial turístico cultural da cidade;
- Criar mobiliário para avenida cenário Parceria Público Privada com espaço publicitário nestas áreas;
- Conscientizar a população da limpeza e manutenção dos espaços públicos
- Instrumentos do Estatuto da Cidade (juventus)
- Terreno do depósito de entulho como complexo esportivo.
- Discutir junto a população sobre idéias e necessidades para as praças. -- Espaços publicitários
- Parceria público privada
- Envolvimento da comunidade
- Troca de área – jd eldorado

---

<sup>1</sup> Guilherme Henrique de Paula e Silva – Polis-Idesfes – Idéias para Ação Municipal – DICAS – nº 119